

Lex

ASSESSORIA JURÍDICA EM 2017

Advogados apanham boleia da conjuntura económica positiva

A economia do país beneficiou em 2017 de uma percepção positiva por parte dos investidores, externos, dizem os advogados inquiridos pelo Negócios. Serviços jurídicos também ganharam com a conjuntura.

JOÃO MALTEZ

jmaltez@negocios.pt

A conjuntura económica, marcada por bons indicadores na área do emprego ou pela redução do défice público, está entre os aspectos que mais influenciaram de forma positiva a actividade empresarial no país e, por consequência, o mercado dos prestadores de serviços jurídicos. Esta é a ideia central transmitida por um grupo de advogados inquiridos pelo Negócios, que, em contraponto, colocam a instabilidade legislativa, a burocracia ou a falta de celeridade na justiça entre os aspectos negativos do ano que agora termina.

Francisco Xavier de Almeida classifica como “excelente” o desempenho da economia portuguesa, com destaque para o aumento do PIB, para a descida do défice das contas públicas e para a redução do desemprego e da dívida pública. Segundo este advogado e sócio da CMS Rui Pena & Arnaut, esta realidade contribuiu para que, ao longo do ano, tenha sido criada uma boa percepção no exterior sobre Portugal, o que conduziu a uma maior facilidade na captação de investimento estrangeiro.

No mesmo sentido, Francisco Brito e Abreu, sócio da Uría, identifica como aspecto de maior relevância para actividade empresarial no ano que está a chegar ao fim “a melhoria da situação económica e financeira do nosso país”.

Nuno Azevedo Neves lembra também o contributo da decisão tomada por duas das principais agências de notação – S&P e Fitch – de retirar do nível “lixo” o “rating” de Portugal. Para este sócio da DLA Piper ABBC, tal traduz “um inequívoco reforço da confiança dos investidores na economia nacional”.



Bruno Simão

O sector do imobiliário continuou particularmente activo em 2017, sobretudo devido à procura de investidores externos.

O sócio da Miranda Diogo Xavier da Cunha lamenta o que diz serem os sinais negativos dados pelo poder político à iniciativa privada.

Desta opinião partilha igualmente Domingos Cruz, sócio da CCA Ontier, quando evidencia “o elevado número de investidores estrangeiros que viram o nosso país como uma opção de investimento nas mais variadas áreas”. Como consequência, reconhece, houve um aumento significativo da actividade dos serviços jurídicos em Portugal.

O advogado Diogo Xavier da Cunha, presidente do conselho de administração da Miranda, sublinha aliás que os níveis de crescimento da actividade empresarial poderiam ter sido “ainda melhores” se não tivesse surgido aquilo que designa por “sinais de menor apoio à actividade empresarial, por parte do Governo e das forças políticas que o apoiam, em diver-

sas matérias, mas principalmente ao nível fiscal e laboral”.

Na prática, o ano de 2017 foi influenciado por aquilo que João Macedo Vitorino, sócio da firma Macedo Vitorino, identifica por “sentimento do mercado”, o mesmo é dizer, pela “convicção de que a economia estará a sair da recessão e de que a crise do sistema bancário terá passado e pelas perspectivas aparentes de aumento de investimento público”.

Da burocracia, até à instabilidade legislativa

De 2017 não sobram só boas notícias para as empresas e para as sociedades de advogados que com elas trabalham. Francisco Xavier de Almeida destaca a burocracia, a insta-

Sector imobiliário e área de fusões e aquisições em alta

bilidade do quadro legislativo e algumas dificuldades no acesso a meios de financiamento como os factores menos “amigos” do mundo empresarial. Nuno Azevedo Neves aponta, neste âmbito, a falta de reformas estruturais e lembra que “continua a ser essencial dar aos investidores uma maior segurança no investimento, em pontos como uma justiça célere, uma previsibilidade legislativa e uma estabilidade fiscal.

O agravamento da tributação em geral e, em particular, das empresas, é um aspecto evidenciado por João Macedo Vitorino. Além disso, o mesmo advogado lembra que apesar dos bons sinais que a economia transmitiu, ao nível do investimento privado, este centrou-se sobretudo nos sectores do turismo e do imobiliário.

Já Domingos Cruz fala da pressão nos preços no chamado mercado da prestação de serviços jurídicos, “fruto de um cada vez maior conhecimento do mercado, da autonomização de processos por parte da tecnologia e da globalização e concorrência”. Ainda assim, lembra que esta realidade “obriga as sociedades de advogados a modernizarem-se e a olharem para adopção da tecnologia com efectivo interesse e a adaptarem-se a buscarem novas formas de se reinventarem no mercado”.

Diogo Xavier da Cunha afirma que “têm sido diversas as manifestações contraditórias ao estímulo da iniciativa privada – nomeadamente a prometida descida da taxa do IRC”. O mesmo advogado aponta ainda como sinais negativos “as frequentes ameaças em matéria de reversão de privatizações, o reforço da rigidez da legislação laboral e o cancelamento de concessões para exploração de recursos naturais ou de serviços públicos”.

O sector imobiliário, a área de fusões e aquisições ou o contencioso nos sectores laboral e tributário estão entre os campos jurídicos mais activos, em consequência do trabalho jurídico solicitado pelas empresas às sociedades de advogados em 2017.

“Temos estado envolvidos em operações de imobiliário, M&A, bem como a assessorar empresas na abertura do negócio em Portugal. Temos estado igualmente muito activos no mercado brasileiro, sobretudo no que toca a clientes privados. Tem havido um conjunto de investimentos em Portugal, de clientes provenientes da Colômbia, e temos estado igualmente a

acompanhar inúmeras start-ups estrangeiras a estabelecerem-se em Portugal”, revelou Domingos Cruz, sócio da CCA Ontier, em declarações ao Negócios.

Reportando-se à actividade da sua firma em Portugal, Diogo Xavier da Cunha, presidente do conselho de administração da Miranda, destaca também o sector das fusões e aquisições de empresas, bem como, entre outras áreas, as energias renováveis, a contratação pública, o investimento imobiliário ou a consultoria e contencioso laboral e fiscal, como áreas em destaque ao longo do presente ano.

Francisco Brito e Abreu, sócio da Uría Menéndez-Proença de

Carvalho, refere que a sua sociedade esteve particularmente ocupada em 2017 com processos de aquisição ou venda de activos de vários tipos – como empresas, carteiras de crédito ou imóveis – quer por parte de empresas nacionais, quer de investidores internacionais. “Tivemos igualmente um ano especialmente intenso na área do contencioso”, diz ainda este advogado.

“O ano de 2017 foi muitíssimo intenso em todas as nossas áreas de prática, mas não posso deixar de realçar as áreas de M&A, bancário e financeiro, imobiliário, contencioso e reestruturação, protecção de dados e laboral”, afir-

ma, por seu turno, Nuno Azevedo Neves, sócio da DLA Piper-ABBC. Um tipo de actividade muito em linha com o que foi pedido à firma CMS Rui Pena & Arnaut, de acordo com o seu sócio Francisco Xavier de Almeida.

Já João Macedo Vitorino, sócio da firma Macedo Vitorino, lembra que 2017 foi um ano de mais litigância bancária, mas também de trabalho adicional em matéria de “compliance” associada ao novo regulamento europeu de protecção de dados e à nova legislação de combate ao branqueamento de capitais, que, diz o mesmo advogado, “se espera que continue em 2018”.



O ano 2017 foi influenciado pelo ‘sentimento do mercado’, a convicção de que a economia estará a sair da recessão.



JOÃO MACEDO VITORINO
Sócio da Macedo Vitorino & Associados



[Interesse no país dos investidores estrangeiros] aumentou significativamente a actividade dos serviços jurídicos.



DOMINGOS CRUZ
Sócio da CCA-Ontier



[Subidas do ‘rating’ pela Fitch e S&P] são sinal de um inequívoco reforço da confiança dos investidores na economia nacional.



NUNO AZEVEDO NEVES
Sócio da DLA Piper - ABBC



O aspecto de maior relevância para actividade empresarial este ano terá sido a melhoria da situação económica e financeira do país.



FRANCISCO BRITO ABREU
Sócio da Uría Menéndez - Proença de Carvalho